

DIFERENTES MOMENTOS DA EVOLUÇÃO FEMININA

Lucía Barbero Fuks

RESUMO

Estamos vivendo uma época em que os papéis sociais, sua distribuição por sexo e sua valorização relativa estão sujeitos a discussão e re-elaboração permanente.

Para as mulheres, o mais insólito, em alguma medida fascinante, mas também assustador, é a vivência de uma autodeterminação, ou de uma autonomia na exploração das possibilidades, nas escolhas ou até na criação ou invenção de alternativas.

No texto faço uma reconstrução da evolução feminina na história diferenciando três momentos ao longo dos séculos. E também uma análise que leva em consideração no cenário aqui tratado, a posição ocupada pelo pai.

Palavras-chave: feminino – autonomia – amor – pai.

RESUMEN

Vivimos en una época en que los papeles sociales, su distribución por sexo y su valorización relativa, están sujetos a discusión y reelaboración permanente.

Para las mujeres lo más insólito, fascinante y asustador, e's la vivencia de su auto-determinación o autonomía en la exploración de posibilidades, en sus elecciones o hasta en la creación o invención de alternativas. En este trabajo hago una reconstrucción de la evolución femenina en la historia diferenciando tres momentos a lo largo de los siglos. Y también un análisis que toma en consideración, en el escenario descrito, la posición ocupada por el padre.

Palabras-llave: femenino – autonomía – amor – padre.

Estamos vivendo uma época em que os papéis sociais, sua distribuição por sexo e sua valorização relativa estão sujeitos a discussão e re-elaboração permanente. Sabemos quando isso começou: em meados do século XX e não podemos predizer quando acabará, ou se irá mesmo acabar. Embora essas transformações não possam deixar de envolver tanto mulheres quanto homens, não o fazem da mesma maneira para ambos, nem adquirem a mesma significação, em função da história precedente. Para as mulheres, o mais insólito, em alguma medida fascinante, mas também assustador, é a vivência de uma autodeterminação, ou de uma autonomia na exploração das possibilidades, nas escolhas ou até na criação ou invenção de alternativas. Se por um lado essa abertura às opções pessoais é compartilhada com o homem em função de uma promoção do individualismo generalizado próprio da época, por outro a mulher pode sentir, com objetividade, que está conquistando posições novas e condições igualitárias não somente no âmbito privado, mas também no público.

Neste texto, trabalharei preferencialmente dois autores franceses: Gilles Lipovetsky, filósofo, e Philippe Julien, psicanalista. O primeiro nos orientará na reconstrução de uma história das mulheres, tendo diferenciado nela três momentos ao longo dos séculos (Lipovetsky, 2000, p. 231-9). O segundo nos conduzirá a uma análise que leva em consideração, no cenário aqui tratado, a posição ocupada pelo pai.

Partindo de Lipovetsky, constatamos que o primeiro dos momentos corresponde a um longo período de dominação social do masculino sobre o feminino. As atividades valorizadas são as exercidas pelos homens; o masculino é designado por valores positivos e, o feminino, por valores negativos. Uma única função escapa a essa desvalorização sistemática: a maternidade - mas nem por isso a mulher deixa de ser uma "outra", inferior e subordinada, tendo valor apenas a descendência que ela gera.

Ainda assim, isso não significa que as mulheres não tenham poder real e simbólico. Em certas sociedades primitivas as mulheres detêm direitos e poderes não desprezíveis em matéria de propriedade, de vida doméstica, de educação, de redistribuição do alimento. No entanto, e isso pode ser facilmente constatado nos dias de hoje, se as mulheres exercem certos poderes, não assumem em parte alguma os cargos mais elevados, as funções políticas, militares ou sacerdotais, capazes de proporcionar o mais alto reconhecimento social. A partir dessa exclusão das hierarquias institucionais, esses poderes reais se representam como algo ameaçador e temido, induzindo a um reforço da rejeição pela via da inferiorização e do desprezo. Em síntese, poderíamos dizer desse longo período, que a mulher era considerada um *ma/necessário*, confinada às atividades sem destaque social.

Só durante a segunda metade da Idade Média é que essa situação começa a ser modificada. Aparece um outro modelo, que deixa de lado a desvalorização anterior, enaltecendo os papéis e poderes da mulher. Um modelo associado à aparição do código cortês, que a partir do século XII desenvolve o culto à dama amada e a suas perfeições. Voltar-nos-emos, mais adiante, sobre a significação desse código de amor.

Em séculos subseqüentes, já no início da Era Moderna, esse enaltecimento continua, só que a partir de novos parâmetros. Multiplicam-se os discursos dos "partidários das mulheres", que elogiam seus méritos e suas virtudes. Sacraliza-se a esposa-mãe-educadora. Outros autores sublinham que a sacralização do feminino não se dá, agora, exclusivamente a partir da religião. A maternidade se faz presente como

qualidade essencial do feminino no discurso científico referido às diferenças sexuais, e também como um dos suportes morais do novo ordenamento social. Essa laicização relativa das funções maternas, no contexto do casamento, viabiliza o acesso ao prazer erótico como acréscimo pontual não buscado da atividade procriativa.

Evidentemente, essa valorização da mulher não aboliu a realidade da hierarquia social dos sexos. As decisões importantes continuam a ser assunto dos homens, a mulher não desempenha nenhum papel na vida política, deve obediência ao marido e tem negada sua independência econômica e intelectual.

A partir dessas contradições, desenvolve-se no campo do imaginário referido às diferenças entre masculino e feminino, a partir do século XVIII, a idéia de que a força do sexo fraco é imensa, de que ele detém, apesar das aparências, o verdadeiro poder, com o argumento do domínio sobre os filhos e de sua imposição sobre os homens importantes. Nessas circunstâncias, é possível que essa atribuição de poderes malditos ao feminino conduza, por reação, a processos de idealização que contribuem para a edificação do modelo da mulher enaltecida e idolatrada. Nesse modelo que associa valorização e manutenção da diferença hierárquica, as feministas reconhecerão uma última forma de dominação masculina.

Em alguma medida, essa imagem maligna e ameaçadora do feminino materno está presente na teorização psicanalítica referente às imagos da mãe sedutora pré-edípica, constitutiva da relação dual, idealizada, ambivalente, a cuja influência deve se contrapor a lei e o poder simbólico paterno. Essa teorização será criticada também pelas feministas por ser considerada falocêntrica e defensora dos poderes do patriarcado.

Na atualidade é que se encontra o terceiro momento na história das mulheres (Lipovetsky, p. 236). Haveria, agora, um modelo que comanda o lugar e o destino social da mulher, caracterizado por sua autonomização em relação à influência tradicional exercida pelos homens sobre as definições e significações imaginário-sociais da mulher. A lógica de dependência diante dos homens já não é o que rege mais profundamente a condição feminina nas democracias ocidentais. Enfraquecimento do ideal da mulher no lar, direito à dissolução do vínculo, legitimidade do acesso ao estudo e ao trabalho, direito de voto, liberdade sexual, controle da procriação: são algumas das manifestações da obtenção, por parte das mulheres, da inteira disposição de si mesmas em todas as esferas da existência que constituem o mundo contemporâneo.

Até nossos dias, a existência feminina sempre se ordenou em função de caminhos social e "naturalmente pré-traçados": casar, ter filhos, exercer as tarefas definidas pela comunidade social. Foi esta época, poderíamos dizer, que encerrou essa rigidez: o destino do feminino entrou, pela primeira vez, em uma era de imprevisibilidade e de abertura estrutural. Se é verdade que as mulheres não têm as rédeas do poder político e econômico, não há dúvida de que ganharam o poder de governar-se, podendo viver sem um caminho social préfixado.

Pela profundidade e extensão das mudanças, tende-se frequentemente a pensar que está havendo uma perda crescente de nitidez e diferenciação dos papéis femininos e masculinos, uma espécie de mundo unissex. Entretanto, nem a deslegitimação do princípio dos lugares imutáveis de cada sexo, nem as transformações de atitude diante do trabalho e da esfera familiar, permitem dar crédito à tese da indistinção dos papéis sexuais. A variável sexo continua, evidentemente, a orientar as existências, a fabricar diferenças de sensibilidades, de Itinerários e de aspirações. O novo não reside no aparecimento de um universo unissex, mas em uma sociedade aberta, em que as normas, plurais e seletivas, são acompanhadas de estratégias heterogêneas, de margens de liberdade e de indeterminação.

O que se propaga não é a semelhança dos papéis sexuais, mas a não diretividade dos modelos sociais e, correlativamente, o poder de autodeterminação e de autodeterminação subjetiva dos gêneros. As pesquisas de Lipovetsky levam-no a constatar que, apesar da ênfase libertária do acesso livre ao prazer e à sua expansão, a reivindicação do amor, fazendo parte da relação com o parceiro, continua sendo um traço diferencial presente na mulher desde as épocas anteriores.

Surge, então, a necessidade de entender o porquê da permanência da supervalorização do amor por parte da mulher. Ela foi considerada, muitas vezes, a única saída possível frente a um destino de subordinação, reclusão doméstica e impossibilidade de se inserir em projetos de relevância social, carregado de insatisfação e monotonia. Faz~r da dependência amorosa, pelo caminho da paixão, uma experiência de intensificação radical, possibilitaria o acesso a um sentido existencial transcendente.

Lembremos que Freud colocava esta questão em termos conexos, mas algo diferentes. Ele considerou que as limitações impostas à mulher. apontadas no parágrafo anterior, somadas à privação de escolha livre do objeto, eram a causa de uma tendência

compensatória a voltar-se narcisicamente sobre si mesmas, principalmente se eram bonitas, buscando mais ser amadas pelo outro do que amar o outro. Freud pensava, também, que o desenvolvimento de um amor pleno pelo objeto era uma característica própria dos homens, os quais, havendo renunciado a seu narcisismo, tendiam freqüentemente a ligar-se às mulheres que mais fortemente tinham conservado essa posição libidinal. "Tal sobrestimação sexual" - afirmava.- "dá lugar à gênese do enamoramento, esse peculiar estado que lembra a uma compulsão neurótica e conduz, pelo que foi dito, a um empobrecimento do eu em benefício do objeto" (Freud, 1914, p. 85). Freud tendia a universalizar essas afirmações, sem situá-las dentro de uma consideração histórica que se estende para além da análise crítica da emergência e da vigência da moral vitoriana.

A perspectiva que estamos considerando leva a destacar que o código do amor-paixão, desenvolvido ao longo da história a partir de sua emergência inicial como amor cortês, permitiu às mulheres, ao mesmo tempo, obter uma imagem social mais positiva, ganhar uma margem de liberdade e de novos poderes na comunicação amorosa e, mais tarde, na própria escolha do cônjuge.

Pelo menos durante o tempo da corte, a mulher adquire a condição de soberana do homem: já não é tomada nem dada, é ela quem escolhe se dar, quem recebe as homenagens do apaixonado, dirige o jogo e concede, quando quer, seus favores, não podendo o pretendente tomar mais do que a mulher decide ceder. O código do amor banuiu as formas de brutalidade e de impulsividade viris, prescreveu atitudes masculinas mais refinadas, mais respeitosas com as mulheres. Atitudes que supervalorizaram o amor, porque ele implica um reconhecimento do direito das mulheres de exercer certa dominação sobre os homens, uma vez que preconiza comportamentos masculinos que levam mais em consideração a sensibilidade, a inteligência e a livre decisão das mulheres. (Lipovetsky, 2000, p. 46)

Por meio do amor, a mulher visa um reconhecimento e uma valorização de si mesma como individualidade plena. Poderíamos dizer que o que sustentou o super investimento feminino no sentimento amoroso foi menos um desejo de "destruição de si mesma" (no intuito de se anular, afirmando o ser amado como um absoluto ao qual dedica toda sua existência), do que o desejo de ser reconhecida e valorizada como possadora de uma subjetividade insubstituível. com tudo o que isso implica de

satisfações narcísicas. Vemos que esse ponto de vista sobre o "projeto de amor" feminino pode servir para amenizar as afirmações freudianas anteriormente consideradas. E ainda pode ser contraposto à modalidade auto-anuladora descrita por ele, como tendência ou vicissitude do amor masculino.

Para Lipovetsky, finalmente, será necessário postular um determinismo complexo que abarca ambos grupos de motivações e ambas formas de amar.

Assim, se dão a ver duas tendências contraditórias que organizam a relação privilegiada da mulher com a paixão romanesca. Uma se inscreve na continuidade do imaginário tradicional que destina a mulher à dependência do outro, ao desapossamento subjetivo, à renúncia de si. A outra abre caminho a um reconhecimento da autonomia feminina, à posse de si. (Ibid., p. 47)

Esse caminho se harmoniza, na atualidade, com os ideais contemporâneos de realização individual. "Na cultura individualista moderna, o amor é promessa de plenitude de vida, ao mesmo tempo que experiência intensa da unicidade do eu" (Ibid., p. 49). Entretanto, qualquer conformação de valores pensada na perspectiva de uma ética enaltecida do coletivo - e isso inclui o princípio de igualdade nas relações pelo que tanto batalharam as mulheres - perde força quando se confronta com as aspirações individualistas de plenitude de gozo na realização pessoal contidas nos ideais de gênero atualmente vigentes.

Outra linha de análise dos processos que afetaram as mulheres quanto aos lugares que ocupam, à regulação de sua vida e de seu destino e aos poderes que exercem ou que se exercem sobre elas, passa por uma consideração das mudanças estruturais no seio das relações familiares que podem ser descritas ao tomarmos, como fio condutor, as vicissitudes da figura do pai.

O termo latino *pater* designa, inicialmente, uma figura de autoridade investida do poder de fundar a sociedade no sentido tanto político quanto religioso. É a partir dessas funções que virá a se constituir como *pater familide*, pai da família. Por meio de um ato de sua vontade, no qual outorga às crianças o lugar de filhos e assume o lugar de pai, portador de um pátrio poder que detém ao longo da vida toda, é que se funda a família.

Essa estrutura de poder que dá sua forma à família patriarcal como unidade social básica sofrerá progressivamente os efeitos da laicização da sociedade, de sua

modernização associada à vigência do discurso científico e da descentralização da autoridade resultante dos processos de democratização. São esses os fatores que, majoritariamente, conduziram ao que se conhece como "declínio do pai". Essa crise do patriarcado não concerne somente à autoridade do pai sobre seus filhos, tornados legalmente livres no dia de sua maioridade, mas provém, também, de um deslocamento de poderes do pai para a mãe, e esse é o ponto que nos interessa mais profundamente nesta análise.

Segundo P. Julien (1997), tal deslocamento se deu tão lentamente que é somente no final do século XX que nos aparece claramente. Ele analisa, a esse respeito, o papel que teve na sociedade a emergência de três poderes novos - o médico, o judiciário e o do ensino - com capacidade para se interpor entre o homem e a mulher, em proveito desta, em sua relação com a criança e com o adolescente (p. 19-22).

Quanto ao poder médico, a grande revolução atual reside no poder dado à mulher de decidir ela própria sobre o nascimento ou não de uma criança. Ela pode exercê-lo graças à descoberta médica da contracepção feminina. Além disso, no caso de concepção não desejada, é a mulher quem decide, com o médico, sobre um possível aborto. A opinião do pai não é requerida.

Já o poder judiciário se mostra a partir de uma evolução histórica legal!. O ano de 1889 marca a data da queda do patriarcado na Europa, com a lei que permite a degradação dos pais considerados indignos. Em 1938, o poder marital sobre a esposa é suprimido, e em 1970 se suprime a autoridade paterna, em benefício da autoridade do casal parental!. No caso de divórcio ou de separação, o Juiz da Vara de família atribui, cada vez mais, a guarda das crianças à mãe em nome do reconhecimento da importância do vínculo mãe-criança, destacado pela psicologia.

Por fim, o poder do ensino, assim como os outros, se apresenta em um contexto global. No mundo todo, crianças e adolescentes são educados e ensinados, cada vez mais, por mulheres. Encontra-se cada vez com mais frequência mulheres exercendo a função de professoras, psicólogas, pediatras, juízas. Ou seja, ocupam áreas em que o desempenho na relação intersubjetiva é relevante, sendo que, para os homens, os redutos profissionais estão nas áreas que requerem competência técnica.

Pode-se pensar que esse inter-jogo de poderes foi importante para contrabalançar inicialmente os excessos do autoritarismo paterno, tendendo a garantir

que o pai pudesse operar como representante da lei cultural dentro da família e não como aquele que é ou que faz a lei. Como exemplo do contrário, a concentração de poderes na figura de Gotlob Schreber, como autoridade paterna, médica e pedagógica, faz dele a figura todo-poderosa que exerce um governo arbitrário e ilimitado sobre a vida cotidiana de sua família, ganhando uma significação inconsciente central nos delírios paranóicos de seu filho Daniel Paul, tendo este chegado a ocupar um lugar de autoridade jurídica importante na idade adulta.

A queda da imagem patriarcal nos leva a outra questão: o que é ser pai na atualidade? Podemos ver esta questão e talvez responde-la em tomo de várias vertentes.

O ponto de vista social nos leva a tentar definir o "pai de família" quanto aos papéis a preencher e as tarefas a serem cumpridas junto às crianças. Pai seria o provedor, aquele que trabalha e traz dinheiro para casa, com o propósito de sustentar sua família. Essa definição, porém, perde consistência a partir do momento em que a mãe também passa a trabalhar fora do lar, e dessa maneira provê tanto quanto o pai.

Pela função educativa, o pai é aquele que, por sua presença atenta, faz passar a criança da vida familiar à vida social. Mediador entre o privado e o público, ele introduz a criança na condição de adulto, tornando-a capaz de desembaraçar-se de sua mãe.

Mas merece especial consideração a situação do pai no espaço doméstico, em que transcorrem a proximidade e o contato dos corpos e o intercâmbio de olhares e sons que constituem a matéria e a forma da criação. À medida que mudam os hábitos, em que a força da necessidade contribui para quebrar a rigidez de papéis, a presença corporal do pai junto à criança permite repensar seu lugar. Trata-se do cumprimento substituto de uma função que não deixa de ser a materna? Trata-se de um pai próximo e visível que estava velado na configuração dominante anterior? Ou da sonoridade de outra voz, que vem desde muito cedo induzir ou possibilitar a experiência de uma diferença?

Tendemos, imediatamente, a sopesar a importância relativa de todas estas dimensões na conformação da figura do pai, porém acompanhados da sensação nebulosa e incômoda de que "há alguma coisa que está faltando". Tal é o sintoma da nossa modernidade para a questão do ser-pai, que nos tomamos incapazes de lhe apresentar uma resposta satisfatória e certa, permanecendo restritos a um debate que não encontra sua conclusão.

O declínio social da imagem paterna, cujo efeito subjetivo seria esse "algo que falta" que acabamos de apontar, é o resultado, na história do Ocidente, de um desequilíbrio. Philippe Julien traz um ponto de vista parcialmente diferente do de Lipovetsky em relação à natureza do equilíbrio anterior. Durante séculos o poder do pai, enquanto senhor, era mantido para compensar e contrabalançar um outro poder: o da mulher enquanto mãe. Já vimos as cores obscuras e ameaçadoras com que este último foi revestido. Mas, para este autor, é fato que à mulher é atribuída, ao longo da história, uma influência decisiva sobre as crianças, influência que permanece nelas e determina seu futuro. Sabendo disso, as sociedades humanas tradicionais buscam equilibrar tal poder com o dos homens, de ordem política ou religiosa. A autoridade patriarcal era reclamada para que a potência materna sobre filhos e filhas encontrasse, enfim, seu limite. Por aí se fundou a distinção entre campo privado e campo público, um reservado à mãe e outro ao pai, configurando um equilíbrio que se manteve ao longo de séculos, vindo a quebrar-se por conduto dos processos mencionados. No seio da teorização psicanalítica, essa mudança encontra seu reflexo no reconhecimento, por parte de Freud, em torno dos anos 1930, da importância da relação arcaica com a mãe, postulada pelas analistas inglesas desde muito antes, e que a visão do pai como figura central na família e eixo dos conflitos inconscientes lhe havia impedido de enxergar.¹

A questão crucial que se coloca em referência às relações familiares, no contexto atual, é a de como transmitir à geração seguinte a possibilidade de fazer o luto desta imagem senhorial do *pater*, e deixar de reivindicá-la. Um dos caminhos para pensar essa questão pode ser o de nos perguntarmos se o papel do pai, cujo suporte vindo da instituição do *patriarcado* por mediação da figura do *pater* já não se sustenta, não vem a apoiar-se, agora, sobre outra instituição, conexas, mas diferente: a da *aliança* ou *laço conjugal*.

Daí que surge, segundo Julien, a necessidade de uma lei que, no curso de uma história de amor entre um homem e uma mulher, venha a instaurar "de um só golpe" um laço que une dois seres que são estranhos por suas origens familiares. Essa será a função preenchida pela "lei do desejo". A conjugalidade funda-se sobre um consentimento dado pela mulher, que a s~para dos laços com a família de origem e a introduz em um laço

¹ Ver ROUDINESCO, E. e PLON. M. *Dicionário de psicanálise, verbete "sexualidade feminina"*, p. 706-7.

novo. Deixar pai e mãe e fundar uma nova família, essa é a lei de toda sociedade humana.

Cada um, como filho ou filha, se tiver vivido uma verdadeira conjugalidade, recebe de seus pais um lugar marcado pela mãe, e ocupado, à sua maneira, pelo pai. É o lugar do pai, não de uma imagem percebida pela criança, não o pai real, mas o pai como nome na palavra da mãe. Aí se encontra a primeira dimensão da paternidade. Para a criança, o pai terá sido primeiramente um lugar instituído por uma mulher. Tal ato não se identifica com a legalidade pública, sendo, sim, de ordem privada. Poderá, inclusive, entrar em conflito com o marido legal por abjucação ao amante, poderá ser transferido ao homem de um segundo matrimônio ou até "filiado" a um homem ausente, desejado em segredo como pai da criança.

Esse primeiro tempo permite a passagem a um segundo, aquele da presença de um homem, vindo a ocupar esse lugar na medida justamente em que ele é vazio e, portanto, marcado. É importante que ele ocupe esse lugar à sua maneira, e não de acordo com as imposições da mãe, Que ele realize tarefas, preencha um papel junto a ela. Com isso, fará, como vimos, significativa diferença no papel ocupado pela mãe, ou seja, pela mulher, nesse momento peculiar da evolução feminina.

REFERÊNCIAS

- FREUD, S. (1914). Introducción al narcisismo. *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1990. v. XIV.
- JULIEN, P. *A feminilidade velada: aliança conjugal e modernidade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997.
- LIPOVETSKY, G. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ROUDINESCO, E. e PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

**Lucía Barbero Fuks – bflucia@uol.com.br - Rua Marques de Itu 837 cj 62 –
Fone : 3259-0922**